

## EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS  
anacampos.df@dabr.com.br

## STJ manda reavaliar partilha do lucro da turnê Legião Urbana

O STJ anulou uma decisão de 2018 que determinou a partilha dos lucros da turnê comemorativa de 30 anos do disco Legião Urbana entre os músicos da banda, o guitarrista Dado Villa Lobos e o baterista Marcelo Bonfá, e a produtora Legião Urbana Produções Artísticas Ltda, de propriedade de Giuliano Mandredini, filho de Renato Russo. A briga é antiga. Há quatro anos, a 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro entendeu que os ex-integrantes da banda não têm exclusividade na exploração da marca e fixou como um terço a parte dos lucros que seria cabível à produtora de Renato Russo. Com a decisão do ministro Antonio Carlos Ferreira, o processo começa de novo. Realizada em 2015, a turnê de 30 anos de Legião Urbana celebrou o primeiro disco da banda, que estreou sucessos como *Será*, *Ainda é cedo* e *Geração Coca-Cola*.

Divulgação/Maria Clara Horvath



## Aniversário junino

O vice-governador Paco Britto comemorou o aniversário com uma festa junina na Paróquia São Judas Tadeu, no último sábado. Reuniu cerca de três mil pessoas, entre familiares, amigos e autoridades públicas: secretários, conselheiros e líderes políticos.

## Unidos na fé

No último mês, o governador Ibaneis Rocha se dedicou a vários encontros e eventos religiosos das igrejas evangélica e católica. Esteve até em Goiânia, na Convenção Nacional das Assembleias de Deus Ministério de Madureira (Conamad), ao lado do presidente Jair Bolsonaro. Hoje, a agenda de Ibaneis programa participação na reunião geral de pastores e líderes do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal (Copev-DF). É uma super aposta nesse importante eleitorado. A primeira-dama, Mayara Noronha Rocha, secretária de Desenvolvimento Social do DF, tem ajudado nessa mensagem religiosa. Ela esteve em maio em Israel, em peregrinação na Terra Santa, ao lado da primeira-dama do Brasil, Michelle Bolsonaro, e da ex-ministra Damareis Alves, que são "terrivelmente evangélicas". No fim de semana, Mayara parabenizou a nomeação de Dom Paulo Cezar Costa como cardeal e postou uma foto do casal, com o filho, Mateus, recebendo uma bênção do papa Francisco.



Instagram

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



## De Brasília

Na propaganda nas redes sociais, Flávia Arruda (PL) diz: "Eu sou de Brasília. Eu conheço a cidade". Alguma dúvida de que essa é uma provocação à adversária Damareis Alves (Republicanos) que chega, agora, na política do DF?

## Bolsonaro quer palanque do PL, diz Fraga

Amigo de Jair Bolsonaro, inclusive nos rolés de moto, o ex-deputado Alberto Fraga (PL) disse, em entrevista ao *CB.Poder*, que o presidente prefere um palanque no DF do próprio partido, o PL. "Eu tenho certeza que será José Roberto Arruda, candidato a governador do Distrito Federal", destacou Fraga. Segundo o ex-deputado, Bolsonaro gosta de Arruda e já demonstrou isso. Mas, ao contrário do que muitos pensam, nunca demonstrou preferência a Damareis Alves (Republicanos) em relação a Flávia Arruda (PL) na disputa ao Senado. Fraga, no entanto, acredita que, se Arruda for candidato ao Buriti, Flávia não terá condições de concorrer ao Senado, tampouco a deputada federal.



Ed Alves/CB

Divulgação



## De moto

Após dois anos de pausa por conta da pandemia, o Capital Moto Week fará a 17ª edição de 21 a 30 de julho, no Parque de Exposições da Granja do Torto. São esperadas 800 mil pessoas em 10 dias de programação. Ontem, os organizadores do festival, Juliana Jacinto e Pedro Affonso Franco, entregaram convites personalizados ao governador Ibaneis Rocha e ao vice, Paco Britto, em agenda no Palácio do Buriti.



## À QUEIMA-ROUPA

DÉLIO LINS  
E SILVA JÚNIOR  
PRESIDENTE DA OAB-DF

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



"Um defensor público custa muito mais caro ao Estado do que garantir o atendimento da população com a advocacia dativa"

A Câmara Legislativa deve analisar hoje o projeto de lei que cria a advocacia dativa. Qual vantagem a advocacia dativa oferece à sociedade?

Respeitamos, e muito, a Defensoria Pública do DF. Talvez seja a melhor do país, mas é notório que ela não consegue atender a toda a demanda de pessoas hipossuficientes que dela dependem. A atuação da advocacia dativa remunerada será feita em complemento e para suprir esse vácuo que prejudica, ao final, a população que acaba ficando desassistida.

Por que contratar advogados privados se já existe a Defensoria Pública para quem precisa de uma defesa e não pode pagar?

Como eu disse, a Defensoria não consegue atender a toda a demanda. E para atender a parte que consegue, ela conta com os núcleos de prática jurídica das faculdades, com a própria OAB e, especialmente, com advogados e advogadas voluntários que fazem o trabalho dos defensores mas não possuem qualquer remuneração para tanto. Isso é absolutamente injusto.

Não é mais vantajoso para o Estado aumentar o quadro da Defensoria Pública?

Os números mostram que é exatamente o contrário. Um defensor público custa muito mais caro ao Estado do que garantir o atendimento da população com a advocacia dativa.

Quem vai administrar o funcionamento da advocacia dativa?

Pelo projeto, a Secretaria de Justiça fará o cadastro dos advogados e advogadas

interessados em participar do projeto e encaminhará essa lista ao Tribunal de Justiça do DF, ficando a cargo dos juízes fazerem as nomeações.

Quanto um advogado vai ganhar para atuar em um processo?

Essa tabela ainda não foi regulamentada e a ideia é que seja por decreto. Nos demais estados essa forma de pagamento é bem variada.

Qual vai ser o critério de escolha dos advogados?

Pelo PL, estar habilitado junto à OAB e ter domicílio no Distrito Federal. Existe uma emenda que inclui a advocacia da Região Administrativa do Entorno também, mas ainda não foi votada ou incluída no projeto.

Por que há tanta resistência da Defensoria Pública a essa proposta?

Pelo que tenho notado, a resistência nem é propriamente da diretoria da defensoria, mas sim das associações de defensores. Eles entendem que os recursos gastos com os dativos poderiam ajudar a equipar a Defensoria. Porém, é bom ressaltar que a previsão orçamentária destinada ao projeto gira em torno de R\$ 6 milhões, enquanto o orçamento anual da Defensoria é de aproximados R\$ 260 milhões, ou seja, é um valor ínfimo que em nada ajudaria a Defensoria. Além disso, em primeiro lugar, deve estar a importância social do projeto, qual seja o de dar acesso à justiça aos que não tem por ausência do Estado. Esse deve ser o ponto central a ser considerado pela Câmara Legislativa.

**ELEIÇÕES /** Depois que o TJDF negou o efeito suspensivo ao recurso contra condenação imposta para o ex-governador, advogados do político citam precedentes de ministros e desembargadores para mudar a sentença

## Arruda tenta reverter decisão

» ANA MARIA CAMPOS

Ed Alves/CB/D.A Press



A defesa do ex-governador diz que o objetivo central não é retomar a elegibilidade de Arruda

Os advogados do ex-governador José Roberto Arruda (PL) estudam um novo recurso para tentar enquadrar os processos do político às regras processuais estabelecidas na nova Lei de Improbidade Administrativa, que entrou em vigor no ano passado e tem beneficiado autoridades públicas. Na manhã de ontem, o primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), desembargador Angelo Passarelli, negou efeito suspensivo ao recurso especial contra condenação imposta a Arruda em ação de improbidade.

Passarelli considerou que apenas nos processos de natureza penal há possibilidade de retroagir uma lei mais benéfica em favor do réu. Segundo o magistrado, na esfera cível, a prescrição só atinge o direito de propor a ação. Ele entende que as novas regras estabelecidas para ações de improbidade administrativa só valem para a contagem dos prazos a partir do momento em que a nova lei entrou em vigor.

Os advogados de Arruda apresentaram na inicial do recurso, vários precedentes que

avaliam corroborar a tese de que nas ações de improbidade administrativa as penalidades, como, por exemplo, suspensão dos direitos políticos, têm rigor semelhante às do direito penal. O advogado Paulo Emílio Catta Preta citou uma decisão do

ministro Teori Zavascki, quando ainda integrava o STJ: "É evidente, assim — a exemplo do que ocorre, no plano material, entre a Lei de Improbidade e o direito penal —, a atração, pela ação de improbidade, de princípios típicos do processo penal".

Com o mesmo teor, os advogados citam precedentes em decisões dos ministros Regina Helena Costa, Mauro Campbell, do STJ e do desembargador James Eduardo, do TJDF. Também uma decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF,



É evidente, assim — a exemplo do que ocorre, no plano material, entre a Lei de Improbidade e o direito penal —, a atração, pela ação de improbidade, de princípios típicos do processo penal"

Paulo Emílio Catta Preta, advogado

que trata de "conceito amplo de direito penal, que reconhece o direito administrativo sancionador como um 'autêntico subsistema' da ordem jurídico-penal. A partir disso, determinados princípios jurídico-penais se estenderiam para o âmbito

do direito administrativo sancionador, que pertenceria ao sistema penal em sentido lato".

O recurso interposto pela defesa de Arruda era da competência da presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, mas o presidente, desembargador Cruz Macedo, se julgou suspeito para analisar o pedido. O motivo é uma participação anterior como desembargador nos próprios processos cujas condenações agora os advogados requerem efeito suspensivo com base em nova lei em vigor.

## Questão de justiça

A defesa do ex-governador diz que o objetivo central não é retomar a elegibilidade de Arruda, mas derrubar condenações e restabelecer a justiça. Mas o meio político aguarda com atenção o desenrolar do caso desde que, na semana passada, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou duas condenações criminais de Arruda e as enviou à Justiça Eleitoral, por considerar que os crimes apontados nas denúncias do Ministério Público têm relação com campanhas eleitorais do ex-governador. Assim, na esfera penal, Arruda está liberado para concorrer.